



ECONOMIA DE GUERRA (SEM GUERRA)

Paulo de Oliveira Reis

Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN), é membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, onde realizou os cursos de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e o Curso Superior de Guerra, Diplomado em Ciências Políticas e Econômicas pela Faculdade Cândido Mendes, fez também o curso de Comando e Estado-Maior do Corpo de Fuzileiros Navais Norte-americano. Ex-Comandante do Centro de Instrução e Adestramento do Corpo de Fuzileiros Navais.

INTRODUÇÃO

O momento brasileiro apresenta uma série de circunstâncias que, incidindo predominantemente sobre a vida econômica, estão trazendo preocupações tais que recentemente tiveram sua caracterização como a de um quadro de economia de guerra.

Nosso propósito é analisar o assunto abordando-o sob três aspectos distintos. Inicialmente, tentaremos alistar sem maiores comentários as características gerais de um país que efetivamente esteja em guerra declarada, tendo como inimigo outra nação, fato que implicaria uma série de alterações amplas e emergenciais nesse país. Definidas as linhas amplas dessa situação de beligerância, analisaremos mais amplamente o caso atual brasileiro, no qual, inexistindo guerra, a conjuntura é de tal sorte adversa que impõe uma série de ações, medidas específicas e determinadas mudanças na vida nacional, as quais tentaremos caracterizar e que ensejam imaginar-se uma economia de guerra. Ao final, procuramos estabelecer o que pode ser esperado a curto, médio e longo prazos.

Classicamente, a conjuntura interna de determinado país, quando se concretiza uma situação de beligerância, implica, normalmente, ter havido um processo de preparo de mobilização durante o conflito.

Porém não é só o Campo Econômico que experimenta alterações profundas. O mesmo ocorre nos Campos Político, Psicossocial e, evidentemente, no Militar e a duração dessas alterações será maior que a própria guerra.

Todo o esforço nacional terá que se voltar para a vitória no conflito, mantendo assim os interesses vitais da nação. E em nome desses interesses terá que ser conseguida a necessária coesão nacional que incorporará enorme elenco de sacrifícios e privações por parte da população em situação de extrema emergência.

Quais seriam as modificações principais a serem verificadas nos campos a que nos referimos?

Em linhas gerais e sem abranger todos os aspectos, teríamos:

No Campo Político

- prevalência da Segurança Nacional sobre o Desenvolvimento;
- Intervenção estatal em grau variável, com restrição de liberdades;
- Prevalência do Poder Executivo, gerando menores franquias democráticas;
- estabelecimento de medidas impopulares; e
- minimização do debate público quanto a certas medidas imediatas.

No Campo Psicossocial

- necessidade de coesão nacional;
- neutralização de grupos de pressão;
- distribuição justa de sacrifícios;
- combate violento à especulação e ao mercado negro; e
- apelo intensivo à propaganda.

No Campo Militar

- busca intensiva de novas tecnologias;
- mobilização geral de pessoal;
- preparo e aquisição de armamento e material bélico em geral;
- incorporação intensiva às Forças Armadas; e
- controle das indústrias bélicas.

No Campo Econômico

- intervenção do Estado no Sistema Econômico visando criar estoque de matérias-primas, adaptando a produção às necessidades da guerra, controlando o consumo pela repartição dos ônus e impondo disciplinamento aos grupos econômicos;
- produção intensiva de bens e serviços para o esforço de guerra que implicaria mudanças no uso dos fatores de produção e relocação de mão-de-obra;

- limitação e restrição ao consumo pelo racionamento de produtos escassos e diminuindo, ou minimizando, a soberania e a liberdade de decisão dos consumidores;
- controle de lucros excessivos; e
- redução da tendência para novos investimentos.

Além desses, outros efeitos podem ser esperados, tais como: agitações, greves, má distribuição da mão-de-obra, lucros decorrentes de processos inescrupulosos, especulação de preços, deterioração do padrão de vida, crescimento da dívida nacional, entre outros.

De um modo amplo, este é o quadro clássico da situação de uma nação que se veja envolvida por uma guerra e os efeitos específicos nos Campos Político, Econômico, Psicossocial e Militar.

No quadro brasileiro presente, não há uma guerra clássica pela frente, nem perspectivas para tal. Assim, quais teriam sido as razões que levaram à criação da recente imagem de estarmos convivendo, ou necessitando de conviver com uma economia de guerra?

Evidentemente, trata-se de um chamamento psicológico.

Qual teria sido a intenção dessa atitude?

Respondidas essas indagações, que modificações e características deverá experimentar o Brasil nessa nova circunstância de guerra, sem guerra? Que perspectivas a curto, médio e longo prazos se podem imaginar? .

O Chamamento Psicológico

A resposta está na necessidade imperiosa de ser motivada a consciência nacional para a gravidade do problema, que, embora de caráter mundial, aflige nosso País de forma mais dramática pela carência que temos de petróleo próprio e a certeza de sua futura extinção. É importante ser lembrado o evidente grau de vulnerabilidade que hoje apresentamos, quer à luz da Segurança, quer à luz do Desenvolvimento Nacionais.

O Brasil vinha baseando seu processo de Desenvolvimento na certeza de uma energia barata, predominantemente oriunda do petróleo e que hoje representa 42% da energia primária utilizada no País. E devemos lembrar que 83% dessa energia é importada, gerando a grande vulnerabilidade já referida.

Todos precisam estar conscientes de que essas importações significarão este ano pagamentos, aproximadamente, de sete bilhões de dólares que, se somados a outros sete bilhões referentes a amortizações e serviços da dívida externa, superam as expectativas de exportações para 1979. E não podemos esquecer que também necessitamos importar bens e serviços diversos.

As estratégias a serem traçadas para a contenção da expansão do consumo

de combustíveis, para a reorganização do setor secundário da economia e para o combate à inflação, vão implicar pesados ônus à população brasileira. Haverá certo grau de insatisfação social, aumento de desemprego (inexistente num quadro clássico de economia de guerra), diminuição de taxas de crescimento, restrições de investimentos e falências e concordatas em níveis acima do normal.

O deslançar real do desenvolvimento brasileiro teve origem no setor secundário da economia, cujo segmento predominante, nos idos de 1958, foi a indústria automobilística. A conseqüência lógica, embora não racional, foi o crescimento da malha rodoviária desproporcionalmente às ferrovias e aos transportes marítimos. E esse petróleo barato — quase todo importado — comandou a montagem de uma infra-estrutura, a cada instante mais necessitada de petróleo. O setor transporte é hoje responsável por 45% do consumo de petróleo no Brasil.

O desenvolvimento industrial do centro-sul do País foi sendo processado com ampla utilização do óleo combustível como gerador de energia, cujo consumo crescia à medida que acontecia o "milagre brasileiro". A euforia justificada no incipiente, porém dinâmico, setor secundário deu origem a projeções ambiciosas baseadas, exatamente, em energia barata. Daí o superdimensionamento em alguns setores de indústrias médias e pesadas, resultando em capacidade ociosa e o não pleno emprego do fatores. Aproximadamente 34% de todo combustível consumido no País, é responsabilidade desse setor. Sua diversificação proporciona, hoje, variada gama de opções ao consumidor de produtos afins, o que é penoso em um país ainda pobre como o nosso. Como diz o Ministro Camilo Penna: "a nossa indústria evoluiu sem padrões e normas, conseguiram-se algumas muito boas, ou adotaram-se outras de diversos países em variedade caleidoscópica. Há exemplos gritantes de custos adicionais e desperdícios com os quais não podemos conviver".

Em paralelo com a problemática energética, a persistência de uma inflação renitente, em níveis incomodamente altos (em torno de 45% a.a.) reclama medidas corretivas imediatas, mais violentas que gradualistas.

Tal fato conflitará com os justos reclamos nacionais pelo pleno emprego da mão-de-obra, por investimentos maciços em infra-estrutura de serviços carentes e em programas sociais de vulto, como por exemplo habitação e saúde.

O dilema é real, pois redução de gastos públicos, dificuldades gerais de crédito, política monetária austera, desaquecimento certo da economia e conseqüente redução dos investimentos, contidos em uma política de combate à inflação, resultarão no não-atendimento das aspirações acima referidas.

A ampla gama de insatisfações a serem geradas incidirá, predominantemente, no Campo Psicossocial, onde, a par da injusta distribuição da renda nacional, existem carências de toda ordem, setoriais e regionais, ferindo em larga escala a dignidade da pessoa humana.

Daí o chamamento psicológico por uma economia de guerra (sem guerra) que afetará toda a sociedade brasileira, não importa qual classe salarial e de renda que se tome por referência. E as respostas ao problema terão que ser encontradas

dentro do Sistema Neocapitalista que é opção da nação brasileira. Deverá haver sacrifícios para todos, inclusive para aqueles que, egoisticamente, vêm transferindo, e gostariam de ainda transferir, sua própria parcela de sacrifício para aqueles já mais carentes.

Parece-nos que entramos na descendente do ciclo de Kondratiev, cuja inflexão de rumo só poderá ocorrer com o novo sucedâneo energético para o petróleo. Nesse aspecto nosso País, a despeito de seu estágio tecnológico, tem na biomassa, certamente, a possibilidade de resposta. O problema está — daí a “economia de guerra” — no intervalo de tempo a decorrer até sua total solução. Medidas corretivas amplas, violentas e dramáticas como se poderia imaginar, tendem a provocar inquietações políticas e sociais. *O ponto lógico e ótimo dessas medidas, com o qual se poderia conviver, é realmente o grande problema político.* De qualquer forma, não se avizinham tempos fáceis.

CARACTERÍSTICAS DESSE TIPO DE ECONOMIA

Pelo que já foi exposto, o caso brasileiro está caracterizado por dois problemas fundamentais: a carência e o preço do petróleo e a inflação. A referência feita à “economia de guerra” se deve à dramaticidade desses dois problemas.

As estratégias de combate aos mesmos não são difíceis de apontar. Os prazos para sua evolução é que tornam penosa a conjuntura atual.

Quanto à solução do problema petrolífero as estratégias poderiam ser: procura de fontes alternativas (resposta a longo prazo); aumento da produção de petróleo interno (sem prazo previsível) e a utilização plena das fontes existentes (a médio prazo).

As conseqüências óbvias da adoção dessas estratégias, em prazos diversos seriam: novos contratos de risco; ênfase tecnológica imediata na pesquisa energética e limitação das importações nos níveis de preços (e não volume) atuais.

Para o problema inflação, as estratégias são: reorientação mais seletiva com diminuição do ritmo de investimentos; controle de custos; controle de preços; controle do crédito e contenção salarial (todos em graus variáveis). E isso deveria ocorrer a curto prazo.

As conseqüências dessas estratégias, em prazos diversos, seriam: crescimento menor do PIB; reflexos impopulares; insatisfação social e desemprego em níveis mais altos (lembramos que não há guerra para absorver contingentes).

É claro que a gravidade das conseqüências acima guardarão relação de causa e efeito com a intensidade de adoção das várias estratégias.

Porém as conseqüências em outras áreas, na realidade, é que caracterizarão a “economia de guerra”. Assim, quanto à produção, é esperada uma reorientação do esforço produtivo, a busca do aumento de produtividade e a reorientação da mão-

de-obra. Para tanto terá que haver mudanças na estrutura em razão da atual ociosidade e superdimensionamento de certos segmentos; haverá diminuição na produção de bens supérfluos; maior racionalização na produção de bens duráveis; recessão variável no setor secundário e aproveitamento apenas parcial da mão-de-obra no setor primário e na agroindústria.

O consumo deverá sofrer restrições seletivas, ocasionando demanda suprimida em graus variáveis, mudança de hábitos, menor consumo conspícuo e situação de alguma escassez.

A vida econômica como um todo precisará de maior controle por parte do Governo, sem que, com isso, seja descaracterizada a livre iniciativa e a economia de mercado. Tal fato parece um conflito de idéias em si mesmo, porém o chamamento psicológico a que me referi terá que resultar na necessária coesão interna e identidade geral de propósitos.

O CURTO, O MÉDIO E O LONGO PRAZOS

Considerando que a dramaticidade da conjuntura atual ainda não sensibilizou a grande maioria da população que não parece responder ao chamamento psicológico, temos a impressão que a curto prazo haverá um iniciar de medidas internas, lento e gradual, que paulatinamente implicarão as conseqüências já referidas. Imaginamos o final do semestre atual e o primeiro de 1980 como um período de saída da perplexidade de alguns e da conscientização da maioria para a gravidade dos fatos. Concorrerão positivamente para isso medidas externas que sirvam de novos alertas, como por exemplo as recentes providências internas norte-americanas e suas conseqüências naquela região ou eventuais novos aumentos de preço no barril de petróleo.

A médio prazo, de dois a seis anos, imaginamos o auge de nossas dificuldades e todo um esforço interno para a superação dos óbices energéticos e os da inflação.

O preço a pagar será alto, pois o redirecionamento geral da economia em busca de novo ponto ótimo e utilizando novas fontes de energia significará menor crescimento e desenvolvimento interno. O quadro político-social deverá ser turvo, com grupos atuando no sentido de caracterizar o Governo como culpado por uma situação que este, na realidade, não criou. Haverá tendência de alguns para culpar o sistema econômico brasileiro e o regime político vigente pelos males que nos afligem e, obviamente, tal momento será aproveitado por grupos de cunho ideológico radical, de quaisquer tendências.

Se as medidas apontadas forem adotadas no curto prazo, e caso a situação internacional apresente um aceitável grau de estabilidade política, cremos que a solução de nossos problemas, até o final da próxima década será atingida.

Estaremos então em pleno ritmo acelerado de desenvolvimento, baseado em novas fontes de energia de origem interna e com tecnologia nacional. O setor

primário cumprirá seu papel de alimentar convenientemente a população e de gerar divisas. O setor secundário, com bases racionais de infra-estrutura, com o esforço produtivo reorientado para menor desperdício e com maiores índices de produtividade, retomará, juntamente com o setor terciário, os níveis de crescimento do índice da atual década.